

O SILÊNCIO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR CONTEMPORÂNEA FRENTE À ORIENTAÇÃO SEXUAL

Eduardo Dos Santos ¹
Eldon Henrique Mühl ²

Resumo: Falar acerca da educação sexual ainda soa como um tabu para muitos sujeitos na sociedade, principalmente na atualidade onde o preconceito está falando cada vez mais alto e a escola, como agente de ensino e também com papel social, tem fundamental importância na intervenção sobre essa realidade, mas que na maioria das vezes, por inúmeros fatores, não está cumprindo com o seu papel. O presente artigo analisa a necessidade de trabalhar a orientação sexual nas escolas, pois é através dela que se estará pensando em uma sociedade mais igualitária, capaz de viver e conviver com as diferenças nela presentes. O texto, oriundo de uma pesquisa bibliográfica, aborda três tópicos: caracterização do contexto escolar no século XXI e a questão da diversidade sexual; como a diversidade é tratada no contexto escolar e; processos educativos que auxiliam na promoção de ambientes escolares livres de preconceitos. A conclusão aponta que a orientação sexual é ainda um grande desafio a ser enfrentado na educação escolar.

Palavras chave: Orientação sexual. Educação. Gênero. Diversidade.

Introdução

As questões que envolvem a sexualidade se fazem cada vez mais presentes no cotidiano das escolas, sejam elas privadas ou públicas (municipais, estaduais, federais). No entanto, nem sempre os professores se sentem preparados para tratar do tema e enfrentar os problemas que possam surgir. Por isso, se faz cada vez mais necessário que a escola e o professor assumam sua responsabilidade e tomem uma posição diante dos fatos. Cabe-lhes a tarefa de trazer o assunto para a roda de temas, criando um debate reflexivo e formativo. O que se percebe, porém, é que muitas vezes isso não acontece e muitos educadores se omitem da temática por diversos motivos: insegurança, falta de informação, comodismo, justificando que é um assunto que não está no plano e que precisa vencer o conteúdo previsto para o período letivo. Além disso, existe muita resistência dos pais que não admitem que o problema seja tratado na escola, assim como movimentos diversos que se opõem que tal temática seja analisada na escola. Consideram que a questão da sexualidade é um problema da família, não da escola.

O tema diversidade vem sendo alvo de muitos debates na atualidade, especialmente no meio político. A diversidade sexual é a que está mais em evidência, pois carrega consigo preconceitos e tabus, e também por se tratar de algo ainda novo, pois apesar de alguns

¹ Acadêmico do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade de Passo Fundo, Campus Soledade/RS. E-mail: eduardosantos206@gmail.com.

² Doutor em Educação. Professor da FAED/UPF. Orientador do artigo.

avanços obtidos, ainda vive-se em uma sociedade heterossexista, na qual os sujeitos que fogem do padrão imposto são vistos com discriminação.

O presente artigo tem por objetivo principal investigar como são desenvolvidas as questões da diversidade sexual no processo de ensino e de aprendizagem na educação contemporânea, mais especificamente na educação escolar, buscando aprofundar a reflexão acerca da caracterização do contexto da escola na atualidade, descrevendo como a diversidade é promovida no contexto escolar e identificando os processos educativos que auxiliam na promoção de ambientes escolares livres de preconceito.

No decorrer do artigo procuro responder algumas inquietações que acredito serem pertinentes para o desencadeamento do tema, tais como: Quais orientações devem ser seguidas para uma educação que inclua as diversidades de gêneros? Quais são os fatores que levam os professores a se omitirem frente ao tema e as consequências dessa omissão na vida dos alunos? E de que forma teremos uma sociedade futura mais igualitária, capaz de respeitar e conviver com as diversidades?

A relevância de se pesquisar de como a orientação sexual é trabalhada nas escolas, levando em conta o que os documentos norteadores do ensino e as diretrizes curriculares nacionais da educação básica propõem, se dá no confronto com o que se tem observado e presenciado na prática do cotidiano escolar, tanto como aluno ou como professor. De modo especial, procura-se compreender os fatores que acarretam no silêncio da escola frente a um assunto que precisa ser tratado com grande urgência, fazendo uma contextualização da escola e do professor contemporâneo, relacionando os processos de transformações sociais que automaticamente estão interligados com a educação e aos núcleos familiares, buscando soluções e sugestões para que a escola esteja preparada para bem receber as diversidades. Por outro lado, a inspiração pela pesquisa, também parte por um interesse pessoal meu, pois quando aluno sempre senti falta desta abordagem nas aulas ou projetos pedagógicos desenvolvidos pela escola e hoje, ainda percebo que ele é deixado de lado.

A escola é, para a maior parte dos indivíduos, a segunda comunidade em que os sujeitos têm o primeiro contato com pessoas que não fazem parte do núcleo familiar, que trazem consigo diferentes culturas, outras concepções de vida além de outros conhecimentos. É neste novo contexto de convivências que ele adquire a empatia, o compartilhar e o respeito à individualidade de cada um, como também, os sentimentos e comportamentos opostos como a rejeição, a antipatia, os preconceitos de todos os tipos. Partindo dessas constatações, pode-se compreender a grandeza e a força que a educação tem na transformação ou no condicionamento dos sujeitos.

É preciso compreender que a escola além de ensinar conteúdos, ela também ensina para a vida em sociedade, portanto temáticas como a diversidade sexual precisam ser trabalhadas desde o início dos anos iniciais e também pode ser abordada já na educação infantil, atingindo os distintos níveis de ensino, para que possamos ter uma sociedade mais igualitária, menos preconceituosa e capaz de conviver e respeitar as diferenças entre os sujeitos. O trabalho dessa temática na educação infantil é de fundamental importância, pois ela é a entrada dos sujeitos na vida escolar, diria que a base dela, tudo de acordo com a faixa etária de idade da criança e indo de encontro ao que a Base Comum Curricular nos diz, com atividades e projetos pedagógicos que proporcionem as crianças o livre brincar, deixando de lado os estereótipos de cores ligadas a gênero, permitir o brincar em conjunto (meninos e meninas), deixar que usem a sua imaginação, sendo o que quiserem ser, assim como, permitir o acesso e contato a livros sobre o tema e que abordem as diferentes configurações familiares existentes na nossa sociedade.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e a estrutura do trabalho compõe-se de três tópicos, que são: caracterização do contexto escolar no século XXI e a questão da diversidade sexual; como a diversidade é tratada no contexto escolar; processos educativos que auxiliam na promoção de ambientes escolares livres de preconceitos. A conclusão aponta que a orientação sexual é ainda um grande desafio a ser enfrentado na educação escolar e que medidas para tal enfrentamento precisam ser tomadas com urgência.

1- Caracterização do contexto escolar no século XXI e a questão da diversidade sexual

Observa-se de forma perceptível que são muitas as transformações pelas quais passou a sociedade contemporânea e que estas solicitam novas demandas da instituição escolar. A escola, como segundo grupo social do indivíduo - considerando que a família é o primeiro grupo para a maior parte das pessoas – é o local em que o sujeito se insere e aprende as primeiras noções de convivência. Na escola se fazem presentes muitos fatores de interferências e, por isso, é uma instituição muito complexa que se confronta com inúmeras demandas. Mais recentemente ela está sendo desafiada a enfrentar questões que até recentemente não eram sequer imaginadas: questões sociais, culturais e tecnológicas.

Nesse contexto, uma das demandas que surge é a dos grupos de minorias sociais, que graças as suas conquistas, estão a exigir um espaço de reconhecimento tanto a escola como na família e outras instituições sociais. Uma destas lutas decorre das conquistas do movimento da diversidade sexual.

Mesmo diante destas conquistas, não é tarefa fácil falar de preconceito na atualidade, pois ainda vive-se um contexto de intolerância, no qual as pessoas encontram-se em condições desiguais, marcadas por uma tradição discriminadora.

O preconceito a respeito da orientação sexual faz parte do dia a dia das pessoas, pois diariamente se vê a frente de comportamentos preconceituosos, sejam eles ações, atitudes, palavras ou falas. E nesse contexto, a escola está inserida.

De acordo com o site do Instituto Unibanco, no ano de 2009, em pesquisa encomendada pelo Ministério da Educação à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas/FIPE, concluiu-se que entre as principais vítimas de *bullying* e discriminação no ambiente escolar 40% são homossexuais, 29%, negros e 21% pobres, (INSTITUTO UNIBANCO, 2016). Esse mesmo estudo revelou que em escolas que há uma frequência maior de atitudes preconceituosas, o desempenho médio dos alunos na aprendizagem é menor, entende-se, portanto que, se existe preconceito contra estudantes LGBTQI+ (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queer, interssexuais e + que engloba todas as demais identidades de gênero e orientação sexual), é grande a probabilidade de acontecer outros tipos de discriminações no ambiente escolar.

É de fundamental importância que se ensine e aprenda, desde os primeiros anos de vida, que tem de se respeitar as diferenças entre as pessoas, de qualquer natureza. Apesar do antigo discurso de que “somos todos iguais”, sabe-se que cada sujeito é muito mais que isso, há a convicção de que cada um é especial dentro de suas características, jeito de ser, suas escolhas, então pode-se reformular esse enunciando, dizendo: somos todos iguais, em nossas diferenças. Iguais no amor, na dor, nos sonhos e na batalha diária de cada um.

A escola, por se tratar da instituição em que se concentram distintas diferenças entre os indivíduos, precisa estar preparada para recebê-los, pois:

O convívio com a diversidade humana e com as diferenças sociais, econômicas, psíquicas, físicas, culturais, religiosas, raciais, ideológicas e de gênero, ao mesmo tempo em que gera conflitos, pode servir de matéria-prima para a construção da convivência democrática. Nessas relações, nos deparamos com as diferenças e semelhanças que nos obrigam a comparar, descobrir, ressignificar, compreender, agir, buscar alternativas e refletir sobre nós mesmos e sobre os demais (BRASIL, 2007, p. 6).

No decorrer da história da escola brasileira podem-se observar alguns programas criados voltados para essa temática. O governo federal por meio do Ministério da Educação (MEC) criou o projeto chamado “Escola sem Homofobia”, o qual integrou o Programa Brasil Sem Homofobia (BRASIL, 2004), com a elaboração de kit de combate e prevenção à

homofobia. Este projeto objetivava inserir discussões sobre a diversidade sexual, dando visibilidade ao assunto, tendo em vista que os livros didáticos não abordavam a questão (e na atualidade ainda não conseguem) e os temas trabalhados seguem um modelo heteronormativo de família. O kit era constituído de boletins e cadernos que davam subsídios aos professores e alunos, vídeos informativos/educativos e cartazes que objetivavam dar suporte para que o assunto ganhasse visibilidade. Essa proposta virou tema de debates e polêmicas nas mídias, pelo cenário político e também religioso, gerou muitas notícias falsas, as conhecidas *fake news* que ainda permeia discussões políticas, porém por pressão o kit acabou sendo vetado no ano de 2011, antes mesmo da distribuição dos materiais para as escolas.

Ainda é perceptível a falta de projetos educacionais voltados para o combate do preconceito a orientação sexual nas escolas brasileiras, parece se ter esquecido que o Estado é laico, e misturam com a educação, crenças religiosas sem nenhum teor científico e se vê grande insistência em uma educação homogênea e padronizada, não levando em conta as diversidades nela presentes, tornando a educação e a escola que marcam uma fase de grande importância na vida dos sujeitos e que deveria ser prazerosa, em lembranças ruins e traumáticas.

2- Como a diversidade é tratada no contexto escolar

O tema diversidade sexual passou por diversos estágios dentro do contexto escolar e somente com a reformulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCNs), em 1998, que a orientação sexual passou a ser um tema transversal devendo ser integrada à proposta pedagógica da escola e previsto sua articulação com as diversas disciplinas curriculares (BRASIL, 1998). Embora, infelizmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) tenha subtraído termos como “sexualidade” e “identidade de gênero”, atualmente ainda encontram-se documentos escolares com ações voltadas à diversidade de gênero, no intuito de promover debates que abranjam a diversidade sexual, o que leva a percepção da necessidade de abordar o tema, para que os equívocos não sejam cometidos, como também para que o assunto ganhe visibilidade e melhor entendimento, pois como coloca Louro (1997, p. 81), “a sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se despir”.

A identidade sexual faz parte da formação integral da criança. Assim como a educação é um direito, também a educação sexual é um direito de cada indivíduo e obrigação do Estado. Isso pode ser confirmado na resolução nº 1 de 2012, que estabelece as Diretrizes

Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, quando no §2º do art. 2º, afirma: “Aos sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos educacionais.” Esta concepção é reforçada no art. 3º da mesma resolução quando afirma:

Art. 3º. A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2012)

A valorização das diferenças e das diversidades envolve, evidentemente, a sexualidade. Dessa forma, a escola fica incumbida de criar projetos e ações que abranjam todos os sujeitos inseridos na instituição. Para tanto, é preciso que o texto saia do papel e seja presenciado nas ações cotidianas da escola e, conseqüentemente também aconteçam na sociedade.

Ainda de acordo com a resolução número 1 de 2012, se faz necessário pensar em uma educação transformadora, que promova uma mudança no contexto social dos sujeitos e que essa mudança parta de cada um, que sejam formadas pessoas capazes de agir no seu meio, respeitando e compreendendo que se vive em um estado laico e democrático, que convive-se com as diferenças e as diversidades, e onde todos têm direito a uma vida digna. Esta distinção faz-se necessária também, por parte dos gestores educacionais, professores e governantes, pois nada será feito se existirem profissionais que desconhecem tais direitos, ainda mais no contexto atual em que nos encontramos, onde se misturam crenças religiosas, preconceitos, ideologias, na qual o senso comum impera e o conhecimento científico é deixado de lado.

Definir questões de gênero, sexo, identidade de gênero e orientação sexual não é uma tarefa muito fácil, mas é essencial para a formação integral do estudante. No dicionário, gênero é definido como “a forma como se manifesta, social e culturalmente, a identidade sexual dos indivíduos” (FERREIRA, 2001, p. 345). Nota-se que, o dicionário faz a distinção entre sexo e gênero, sendo o sexo referente a algo biológico, ou seja, o sujeito nasce designado ao sexo feminino ou masculino e gênero trata-se de algo construído socialmente, pois, independente da cultura desde cedo costuma-se ensinar aos sujeitos os afazeres e costumes que vão ao encontro com o seu sexo biológico, pois:

O termo "gênero" torna-se, antes, uma maneira de indicar "construções culturais" – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e as

mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995 p. 75).

Nesse sentido, faz-se necessária a compreensão de identidade de gênero, que nada mais é do que o gênero pelo qual o sujeito se identifica, independente do sexo biológico e orientação sexual, que diz respeito à atração que o sujeito sente por outros. Se o indivíduo sente-se atraído pelo sexo biológico oposto, ele é considerado heterossexual, se a atração é por sujeitos do mesmo sexo, a sua orientação sexual é denominada de homossexual, quem sente atração por ambos os sexos, são chamados de bissexuais e denominados pansexuais, os sujeitos que se sentem atraídos por pessoas, independentemente do sexo ou identidade de gênero.

Vale à pena salientar que por diversos fatores e um deles o preconceito, na atualidade muitos ainda insistem em utilizar o termo “opção sexual” para designar a sexualidade dos sujeitos, embora muito se tenha discutido, pesquisado e compreendido que a sexualidade não é algo que o se escolhe, ou seja, ele não opta em ser heterossexual, homossexual, bissexual ou pansexual. Sendo assim, a nomenclatura correta a ser utilizada é orientação sexual, pois

O termo orientação sexual veio substituir a noção de opção sexual, pois o objeto do desejo sexual não é uma opção ou escolha consciente da pessoa, uma vez que é resultado de um processo profundo, contraditório e extremamente complexo de constituição, no decorrer do qual cada indivíduo é levado a lidar com uma infinidade de fatores sociais, vivenciando-os, interpretando-os, (re) produzindo e alterando significados e representações, a partir de sua inserção e trajetória social específica. As maneiras de ser, agir, pensar e sentir refletem de modo sutil, complexo e profundo os contextos da experiência social (JUNQUEIRA, 2007, p. 17).

Assim também como o termo “homossexualismo” não é mais usado e soa como preconceituoso nos dias atuais, pois este termo foi criado no início do século XIX, usado nos manuais médicos, quando ainda se acreditava que a homossexualidade era uma doença, um desvio de personalidade. Somente em 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) aboliu a homossexualidade como doença e dessa forma, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), proibiu que os profissionais executassem quaisquer tipos de procedimentos na tentativa de uma reversão sexual, a debatida “cura gay”, tendo em vista que a homossexualidade não é doença e nem desvio de personalidade.

Antes mesmo do nascimento a criança já é projetada de acordo com o gênero que se acredita que ela se identificará, a partir do seu sexo biológico, tudo começa pelo enxoval,

escolhe-se azul para os meninos e destina-se o rosa para as meninas, junto disto, a criança cresce ouvindo que “homem” não chora, não sofre e é autossuficiente para conseguir tudo sozinho e a mulher precisa ser delicada, saber cuidar da casa, do marido, dos filhos e assim se tornam adultos deprimidos, homens depressivos, mas que não podem demonstrar e nem pedir ajuda, pois a masculinidade tóxica diz que é errado, mulheres submissas e infelizes no casamento, mas se submetem a isso, pois a sociedade diz que ela não pode “abandonar” a família e precisa aguentar pelos filhos.

Ainda na atualidade e especificamente falando das escolas, é comum se deparar com atividades onde existe a separação por gêneros, meninos são destinados a brincar com brincadeiras que socialmente se criou o estereótipo de ser para menino e as meninas com brincadeiras e brinquedos direcionados ao seu gênero, ou ainda, se deparar com a criança sendo reprimida por brincar com algo que não se encaixa no padrão imposto, isto afeta diretamente na formação da criança, prejudicando a sua autonomia e até mesmo pode levá-la confundir a sua orientação sexual.

3- Processos educativos que auxiliam na promoção de ambientes escolares livres de preconceitos

É perceptível que as instituições educacionais, em sua maioria, fecham os olhos quanto às questões referentes à diversidade sexual, distanciando-as do processo de ensino e aprendizagem, pois o tema para alguns é visto como uma espécie de tabu, outros se mostram neutros e acreditam que não é necessário trazer o assunto para a sala de aula, enquanto outros se sentem amedrontados frente à família, a sociedade e, ainda, na sua maioria os professores não recebem preparo em sua graduação e nem em formações continuadas para tratar acerca da sexualidade.

A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às "gozações" e aos "insultos" dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos. (LOURO, 1997, p. 68)

Nessa perspectiva, torna-se primordial inserir na formação continuada de professores estudos referentes à esta temática, para dar condições de realizar um trabalho efetivo nesse campo de conhecimento. Possibilitando aos profissionais uma clareza referente ao tema, especialmente as nomenclaturas, que muitas vezes são confundidas ou não compreendidas, ademais que, este estudo proporcionará mais segurança e preparo para os professores trabalharem em suas aulas de forma coerente e sem correr o risco de expor ou ridicularizar

ninguém, outro fator que se faz importante nesta abordagem é o conhecimento das leis e diretrizes que norteiam a educação, em específico as que tratam das diversidades presentes no contexto escolar, para que se esteja apoiado nelas.

Além das formações continuadas aos professores, é de fundamental importância que os gestores educacionais também as acessem para compreenderem a importância de abordar o tema nas escolas, dando suporte necessário e estimulando os educadores a criarem projetos, buscando proporcionar o autoconhecimento, a ajuda e prevenção do abuso sexual infantil e adolescente, a prevenção e a busca de tratamento quanto às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), a promoção do respeito e cuidado ao corpo, além disso a compreensão de que o padrão de corpo definido pela sociedade não pode ser considerado normal, por isso as diferenças precisam ser respeitadas.

É primordial que haja um trabalho coletivo em parceria com as famílias das crianças, fazendo um movimento de ir com atividades para o núcleo familiar e voltar para a escola, onde se façam reflexões. Esta é uma forma de saber se o núcleo familiar é imbuído de preconceito ou não e, é também uma maneira de ajudar as próprias famílias a se olharem, pois às vezes muitas coisas não são ditas pela falta de oportunidade, porque naturalmente, embora haja exceções, as famílias não trazem a tona este assunto, o que se tem são atitudes, sejam elas preconceituosas ou não, mas para haver este movimento de descoberta, fala e reflexão, faz-se necessário perguntar e trazer o assunto para a conversa. A família não é obrigada a saber tudo, mas é essencial que se crie um ambiente saudável e aberto, onde a criança possa tirar suas dúvidas.

Caso não haja essa abertura no ambiente familiar as crianças e adolescentes certamente irão conversar com alguém de fora ou com seus pares, que muitas vezes carregam consigo as mesmas inquietações, ficando os sujeitos a mercê de um sentimento incerto e angustiante, sem ainda ser capaz de compreender seus sentimentos, pois os LGBTs antes de qualquer manifestação pública passam por um período de estranhamento, preconceito consigo mesmo, até compreender o que está acontecendo, aí vem a aceitação. Nesta fase faz-se necessário um apoio emocional aos sujeitos, para que eles se sintam acolhidos, respeitados, mais fortes e capazes de conseguir compreender o que está acontecendo consigo, nesta mesma perspectiva tanto a família como a escola são fundamentais nesse processo, em um trabalho de autoconhecimento, cuidados, de escuta dos anseios, de proporcionar o conhecimento acerca do que diz respeito aos processos biológicos, sejam eles de sentimentos ou transformações corporais e também, de respeito e cuidados com o seu corpo.

Por outro lado, percebe-se que muitos sujeitos que não tiveram a oportunidade de se expor, carregam consigo essas angústias para a vida adulta, onde se submetem a deixar de lado seu verdadeiro eu, para viver uma vida de acordo com o padrão heteronormativo que a sociedade impõe, desenvolvendo transtornos emocionais e até mesmo partindo para tentativas de suicídio ou chegando a cometer o ato, como mostra o relatório realizado no ano de 2019 pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), retratando que dos casos de suicídios cometidos no Brasil motivados pela orientação sexual, 37,5% foram cometidos por gays, 31,25% por transexuais, 21,87% por lésbicas e 9,38% por travestis, onde a maior parte das vítimas tem idades entre 14 e 35 anos.

Promover o trabalho acerca da educação sexual nas escolas é de fundamental importância, ademais que o atual cenário político se mostra conservador e propagador de discursos de ódio e preconceito. É necessário que a escola como uma instituição educacional, mas também de caráter social responsável pela formação dos sujeitos faça abordagens relevantes sobre o tema, promova debates reflexivos e pesquisas, sempre respeitando diferentes pontos de vistas, faixa-etária de idade e valores presentes no contexto da comunidade escolar, mas, é preciso viabilizar a aprendizagem que possibilite questionar, pensar, e não acreditar em notícias oriundas de fontes não confiáveis, revendo os “achismos” do senso comum.

Pensar a educação para as diversidades, é pensar no próximo com mais empatia, com um olhar sensível, é perceber nele a urgência de ser ouvido, de ser notado e valorizado. Mais do que nunca, precisamos falar sobre a educação sexual nas escolas, levá-la para o cotidiano escolar, para que não se veja e nem ouça pessoas sem conhecimento de causa ou lugar de fala, usando sua influência para disseminar preconceito. Diferentemente do que muitos acreditam, a educação sexual ensina a respeitar a si mesmo e ao outro, se autoconhecer, saber falar e reconhecer caso for violado(a), em suma, é auxiliar os sujeitos para a vida, para serem livres e sobretudo, saber conviver em sociedade.

Considerações finais

Falar sobre o silêncio da educação escolar contemporânea frente à orientação sexual é preocupar-se com uma sociedade futura mais igualitária, que saiba viver e respeitar as diversidades nela presentes, mas para isto, precisa-se dar o primeiro passo hoje, deixando de fechar os olhos acerca do que está acontecendo ao seu redor, ter consciência de que a escola

também exerce a função social, ficando assim, de certa forma, também responsável pela sociedade futura.

Trabalhar acerca da orientação sexual nas escolas, além de promover o respeito, acolher os sujeitos nelas inseridos, é também, dar voz e visibilidade ao assunto, fazendo com que as lideranças percebam a necessidade de mais projetos e políticas sobre o tema e que sim, ele precisa ser trabalhado, pois faz parte dos sujeitos e está presente no cotidiano escolar e social, é acabar com os estereótipos, tornando o assunto mais natural, mas para isso é preciso vivenciá-lo no cotidiano da escola, não apenas em trabalhos ou projetos isolados.

Para este trabalho se faz necessário professores com capacitação profissional, livres de inseguranças e preconceitos, seguros do que estão fazendo, pois é preciso tratar essa temática de forma clara e saber respeitar o espaço de cada criança, sem expor ou constranger e principalmente, ter objetivos claros e compreender a importância do tema. Ser consciente de que na grande maioria das vezes seja na escola (e talvez somente nela), que a criança terá acesso e contato com o assunto, para compreender, se autoconhecer e instruir-se. As dúvidas e as curiosidades estão ali, presentes nas crianças e elas sempre vêm à tona, sejam através de questionamentos, brincadeiras ou até algo mais grave, como é o caso do *bullying*, que infelizmente se faz muito presente nas escolas e que acarretam em danos psicológicos, muitas vezes irreversíveis, que os sujeitos carregam consigo para o resto da vida. Ou seja, esta formação é um processo que precisa ser feito de forma coletiva, envolvendo a escola, os alunos, os professores, os gestores, as famílias e as demais instituições sociais e educacionais.

Referências

BRASIL/SEDH. Resolução nº 1 de 2012. *Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48.

BRASIL/MEC/SEF. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2020.

BRASIL.MEC/SEB. *Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade: inclusão e exclusão social/Módulo 2: Convivência Democrática*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 4 v., p. 6. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb//arquivos/pdf/Etica/4_fasc_inclus_1.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL/MEC. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL/CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. *Brasil sem homofobia*: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 08 jun. 2020.

FÁVERO, Altair Alberto; GABOARDI, Ediovani Antônio (Coord). *Apresentação de trabalhos científicos*: normas e orientações. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2014.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Mini Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GRUPO GAY DA BAHIA. Relatório 2019: assassinatos de LGBT no Brasil.; HOMOFOIA MATA 2019. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 05 out. 2020.

INSTITUTO UNIBANCO. *Aprendizagem em Foco*. Nº 11. maio 2016. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/11/>. Acesso em: 07 jun. 2020.

JUNQUEIRA, R. D. ; Henriques, R. & Chamusca, M. A. *Gênero e diversidade sexual na escola*: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/me004730.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, n.20 (2), 71-99, 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 08 jun. 2020.